

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 01 – Legislativa
01.01	Promover Melhorias na estrutura física da Câmara
01.02	Modernizar as atividades gerais da Câmara municipal
01.03	Permitir o regular funcionamento das atividades do Poder Legislativo, incluindo contratação de assessoria, consultoria e manutenção dos Gabinetes dos Vereadores.
01.04	Contribuir para o aperfeiçoamento das ações governamentais e para que haja racionalidade e otimização no processo decisório

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 04 – Administração
04.01	Manter o regular funcionamento dos diversos órgãos e unidades da Administração Pública, proporcionando a eficiência e efetividade do gasto público e melhorias nos serviços postos à disposição da comunidade
04.02	Aquisição e/ou locação de computadores, software, hardware e periféricos para eficientizar os serviços da administração pública
04.03	Aquisição e/ou locação de veículos, máquinas e equipamentos diversos para órgãos e entidades administrativas
04.04	Aumentar a transparência dos Atos do Poder Executivo, por meio da divulgação institucional, produção de material publicitário nos diversos meios de comunicação, em cumprimento ao princípio constitucional da Publicidade, disponibilizar amplo acesso às contas públicas, de acordo com a LRF
04.05	Capacitar os servidores públicos municipais, com o propósito de aperfeiçoar suas habilidades e conhecimentos para melhoria dos serviços ofertados a comunidade
04.06	Modernizar os diversos tipos de controle exigidos pela legislação, dentre eles o sistema de controle interno, protocolo central e orientar a Administração Municipal para atingir os resultados pretendidos na gestão

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

04.07	Cooperação Técnica e Financeira com outros governos para melhorar os serviços públicos oferecidos à população
04.08	Instituir e instalar a Guarda Municipal
04.09	Estruturar espaço físico para abrigar os diversos conselhos instituídos no Município e apoiá-los em suas ações de cidadania e controle social
04.10	Elaborar cadastro socioeconômico, com objetivo de formar banco de dados para institucionalizar o planejamento das ações de governo e desenvolvimento das políticas públicas no Município
04.11	Apoiar entidades sem fins lucrativos por meio de parcerias com instituições não- governamentais, com objetivo de eficientizar os serviços públicos
04.12	Elaborar cálculos e avaliação atuarial exigida pela Legislação, quando for manifestado o interesse de institucionalizar o Regime Próprio de Previdência Social
04.13	Incrementar a cobrança de Receitas Municipais através de equipamentos de informática e mão-de-obra qualificada
04.14	Implementar atividades de interesse público em consórcio com outros Municípios
04.15	Realizar convênios com outros entes federados nas áreas de Justiça e Segurança Pública
04.16	Executar projetos e atividades relacionadas com a conservação, modernização e ampliação do patrimônio público, por meio de sistema de controle patrimonial, incluindo aquisição ou locação de equipamentos, software, capacitação de pessoal responsável pelo inventário e tombamento de bens móveis e imóveis
04.17	Aquisição de um terreno com 10.000 m ² para doação ao estado para construção de um novo fórum na cidade.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 06 – Segurança Pública
06.01	Propiciar maior segurança à população por meio de cooperação técnica e financeira com o Estado e ampliação do policiamento no Município e implantação da Defesa Civil

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 08 – Assistência Social
08.01	Realizar ações de incentivo ao cadastramento dos beneficiários de serviços oferecidos pelo Município para propiciar conhecimento dos mesmos e suas necessidades físicas e materiais, promovendo a capacitação dos favorecidos, bem como os profissionais envolvidos no atendimento ao Sistema Único de Assistência Social no Município
08.02	Executar Obras de Construção, reforma, ampliação e/ou melhorias em imóveis destinados a assistência social geral, à criança e adolescente, ao jovem e ao idoso
08.03	Promover ações que incentivem o regular funcionamento dos conselhos assistenciais instituídos no Município, por meio de capacitações, palestras, conferências e participação popular
08.04	Identificar e cadastrar 100% da população de baixa renda do Município a ser beneficiada com o Programa Bolsa Família e fiscalizar o cumprimento de suas condicionalidades, a aplicação de recursos e meios para realizar mutirões de implementação dos direitos de cidadania em parceria com órgãos, outras instituições e o comércio local
08.05	Oferecer espaço de acolhida emergencial, conceder benefícios de apoio à moradia e ofertar serviços sócio-assistenciais às vítimas de calamidades públicas no âmbito do Município
08.06	Atender às crianças carentes por meio de ações sócio-educativas e capacitação dos monitores, ministradores de oficinas e cursos e outros profissionais envolvidos na Erradicação do Trabalho Infantil no Município
08.07	Fomentar os atendimentos em domicílio e/ou no CRAS aos portadores de necessidades especiais, assegurando a oferta de serviços psicossociais, jurídicos e a defesa dos direitos, inclusive com adaptação de imóveis
08.08	Atender as pessoas idosas em suas necessidades, por meio da melhoria dos serviços ofertados, reformar, reequipar e/ou adaptar o CRAS, garantindo acessibilidade aos idosos e a continuidade de projetos assistenciais, culturais e comunitários junto a este público
08.09	Conservar, ampliar as ações do Programa de Atenção Integral a Família – PAIF, assistir as famílias carentes do município em especial aquelas cadastradas pelo CRAS, promover cursos para qualificação profissional,

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

	geração de emprego e renda, formação cidadã, fazer visitas e entrevistas domiciliares
08.10	Promover ações de inclusão produtiva no programa Pernambuco no batente, com manutenção de espaço físico, seleção de educandos, distribuição de material didático e oferecimento de cursos versando sobre educação ambiental, artesanato, cabeleireiro, iniciação à informática, cidadania e direitos humanos, empreendedorismo e economia solidária com o objetivo de inserir profissionalmente os alunos qualificados tecnicamente durante o curso
08.11	Organizar as ações necessárias ao início efetivo do programa Projeto de Vida, com estabelecimento de parcerias para elaboração de planos de inclusão produtiva, monitoramento e entrega de material didático
08.12	Capacitar técnicos para atuar como agentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ministrar palestras para beneficiários do BPC e seus familiares e viabilizar vias de acesso e atendimentos em órgãos públicos
08.13	Implantar centro de distribuição alimentar para atender às famílias carentes constantes no cadastro mantido pelo Município, com o objetivo de disponibilizar alimentação digna aqueles que estão em situação de pobreza, com distribuição de cestas básicas, doação de pescados, dentre outros gêneros alimentícios, bem como as ações de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN
08.14	Implantar e manter centro profissionalizante para capacitação de jovens e adultos para o mercado de trabalho e geração de emprego e renda
08.15	Construir cisternas nas comunidades carentes
08.16	Construir ou reformar e reequipar prédio para funcionamento de Centro Comunitário de Desenvolvimento, com o objetivo de assistir a população carente do Município
08.17	Promover assistência ao menor carente, assegurar o desenvolvimento integral da criança valorizando a convivência social e familiar do menor em situação de risco físico e social
08.18	Garantir proteção especial a crianças e adolescentes em situação de abandono, apartados de seus pais e parentes por decisão judicial ou ausência de condições familiares de guarda, com a aplicação de medidas

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

	sócio-educativas em meio aberto para adolescentes
08.19	Elevar o grau de escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental, a qualificação e a formação profissional dos jovens entre 15 e 29 anos em parceria com órgãos e instituições de todas as esferas de governo para implementação do ProJovem
08.20	Realização de ações voltadas a Atenção Integral a Mulher em parceria com outros entes federados

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 09 – Previdência Social
09.01	Operacionalizar o sistema de previdência municipal, prover de meios e materiais necessários ao funcionamento do RPPS

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 10 – Saúde
10.01	Implantar as ações destinadas à operacionalização do novo modelo estabelecido para o SUS, denominado PACTO PELA SAÚDE e GESTÃO DO SUS por meio de blocos financeiros
10.02	Manutenção e ampliação do programa de atenção básica de saúde
10.03	Ampliação e manutenção das equipes de Estratégia de Saúde da Família
10.04	Ampliação e manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS
10.05	Assistência farmacêutica, por meio de fornecimento de medicamentos básicos
10.06	Prevenção de riscos à saúde da população mediante a garantia da qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos a vigilância sanitária
10.07	Prevenção e controle de doenças, surtos e epidemias, calamidades públicas

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

	e emergências epidemiológicas de maneira oportuna
10.08	Ampliação e manutenção do programa de saúde bucal
10.09	Manter o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde e ampliar o atendimento
10.10	Apoio ao paciente em tratamento fora do domicílio
10.11	Atenção a população com serviços especializados de saúde
10.12	Promoção da alimentação saudável, prevenindo e controlando os distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição
10.13	Imunização da população de diversas doenças tais como: poliomielite, gripe, tétano, rubéola, febre amarela, raiva e outras
10.14	Aperfeiçoamento e modernização do sistema de saúde, a fim de proporcionar a regulamentação do funcionamento das atividades administrativas do SUS
10.15	Promover campanhas educativas periódicas e trabalhos para conscientização, prevenção e tratamento de doenças diversas junto aos adolescentes, inclusive as sexualmente transmissíveis
10.16	Vigilância, prevenção e atenção em HIV / AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis
10.17	Atenção à população demandatária de serviços médicos e odontológicos através de policlínicas
10.18	Garantia do atendimento móvel de urgência, diminuindo o risco de morte e sequelas
10.19	Atendimento a população com serviços especializados odontológicos
10.20	Atenção a saúde da mulher através de acompanhamento ginecológico e prevenção do câncer de colo do útero e de mama
10.21	Implantação e manutenção do NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
10.22	Atendimento a população que sofre de distúrbios mentais, visando sua reintegração social

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

10.23	Ampliação e recuperação da rede física de saúde para melhorar o atendimento da população
10.24	Apoio a entidades de saúde sem fins lucrativos do município para efficientizar os serviços e melhorar o atendimento a população
10.25	Implantação e manutenção da saúde do Escolar, visando identificar e corrigir, de forma precoce, problemas que possam comprometer o processo de aprendizagem, e diminuição dos índices de repetência e evasão escolar
10.26	Estímulo a participação da sociedade civil organizada na formulação e acompanhamento das políticas de saúde, através das instâncias deliberativas do Sistema único de Saúde (SUS)
10.27	Melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde
10.28	Nortear a prática de saúde pela humanização e a qualidade da assistência a ser prestada a população
10.29	Reorganização das ações de saúde, através de uma proposta inclusiva, na qual os homens considerem os serviços de saúde também como espaços masculinos e, por sua vez, os serviços de saúde reconheçam os homens como sujeitos que necessitem de cuidados
10.30	Promoção do envelhecimento saudável e a manutenção da máxima capacidade funcional do indivíduo que envelhece, pelo maior tempo possível, valorização da autonomia ou autodeterminação e a preservação da independência física e mental do idoso
10.31	Atenção a saúde da criança através do incentivo ao aleitamento materno, visando diminuir a mortalidade infantil em crianças até um ano de idade
10.32	Construir e reorganizar sistemas de informação mais eficientes que possam subsidiar o gerenciamento local
10.33	Garantir atenção integral as gestantes fortalecendo os vínculos afetivos para redução da mortalidade infantil e materna
10.34	Incorporação da temática ambiental nas práticas de saúde pública, visando diminuir a afetação da saúde causada por riscos ambientais
10.35	Ampliação do acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, beneficiando as pessoas com dificuldade para realizar o

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

	tratamento devido ao alto custo desses produtos, através da Farmácia Popular do Brasil
10.36	Assistência terapêutica através de medicamentos fitoterápicos auxiliando no tratamento de várias doenças
10.37	Implantação e manutenção de duas casas de apoio, sendo uma na cidade e outra na cidade do Recife, destinadas a apoiar as pessoas em tratamento de saúde fora do domicílio.
10.38	Construção de postos de saúde no Município, em terreno de propriedade do município ou adquiridos por compra ou doação.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 11 – Trabalho
11.01	Realizar parcerias e/ou convênios com outros governos, empresas locais, SEBRAE, SENAC, SESC, Sesi dentre outros Institutos para capacitação de estagiários, de jovens e adultos, proporcionando a inserção no mercado de trabalho, com o intuito de gerar emprego, renda, qualidade de vida e combate da pobreza

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 12 – Educação
12.01	Oferecer serviços de transporte escolar, com qualidade e regularidade para todos os estudantes de escolas públicas com dificuldades de deslocamento
12.02	Fornecer alimentação escolar de qualidade aos estudantes da Rede Municipal de Ensino (Pré-escolar, Creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos)
12.03	Oferecer 100% de matrícula na demanda populacional do município que se enquadra na Educação Básica, manter qualitativamente o funcionamento dos prédios escolares vinculados ao ensino e apoiar o censo escolar
12.04	Construção e ampliação de escolas, salas de aula e aplicar metodologia de micro-planejamento para mapeamento da rede física escolar, definir plano de conservação e recuperação de imóveis, equipar e reequipar unidades escolares da Educação Básica
12.05	Fomentar atividades direcionadas para a Educação Especial, com aquisição de material pedagógico, qualificação através de formação continuada dos

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

	profissionais de educação que atuam na Educação Especial e adequação de espaços escolares
12.06	Oferecer meio de transporte aos estudantes universitários do Município, bem como aquisição de veículos para este fim
12.07	Assistência e ajuda de custo aos alunos comprovadamente carentes do Município, por meio de auxílio financeiro equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da mensalidade do curso
12.08	Adquirir equipamentos didático-pedagógicos que serão utilizados para reestruturação da Educação Básica no Município
12.09	Criação de unidades executoras para escolas com mais de 50 (cinquenta) estudantes e/ou consorciá-las, transferir os recursos necessários para a sua manutenção, em contrapartida ao Programa Dinheiro Direto na Escola
12.10	Oferecer subsídios para orientação e atualização de instrumentos legais de planejamento do sistema de ensino, tais como: Plano Municipal de Educação e Plano de Cargos e Carreira, com objetivo de modernizá-los
12.11	Adquirir material permanente: máquinas, veículos, móveis, equipamentos em geral, hardware e software de informática, utensílios para a Educação
12.12	Qualificar os educadores da Rede Municipal de Ensino, utilizando materiais produzidos pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, buscar subsídios para a discussão e elaboração de um planejamento da formação continuada e oferecer cursos e aperfeiçoamento profissional
12.13	Adequar unidades escolares às condições mínimas para atender a expansão do Ensino Fundamental em 09 anos e implantação de Escolas em tempo integral, reestruturar a proposta pedagógica da Rede Municipal de Ensino
12.14	Mapear por formação inicial e continuada os profissionais de serviço e apoio escolar, oferecer cursos de formação continuada e contratar profissionais especializados para a formação em toda rede, realizar encontros pedagógicos para efetivar as ações propostas no planejamento do ensino, acompanhamento e apoio aos coordenadores e/ou supervisores pedagógicos
12.15	Apoiar as entidades educacionais sem fins lucrativos do Município para melhorar o atendimento aos alunos da rede pública
12.16	Executar as ações definidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), buscar apoio junto ao MEC para viabilizar a execução das ações que demandam recursos financeiros e qualificar os profissionais envolvidos na metodologia PDE-ESCOLA
12.17	Construir ou adequar espaços para a prática de esportes nas dependências das escolas, adotando os padrões mínimos e considerando a acessibilidade aos alunos com necessidades especiais
12.18	Manter em regular funcionamento a educação a nível médio no Município

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

12.19	Implantar e manter unidades de ensino técnico e profissionalizante
12.20	Oferecer apoio financeiro e logístico para propiciar qualificação aos professores da rede municipal em nível de graduação e pós-graduação

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 13 – Cultura
13.01	Executar projetos de Reforma, ampliação e/ou melhorias no Pátio de Eventos e na Biblioteca Pública Municipal e outros imóveis vinculados a Cultura
13.02	Realizar festividades cívicas, artísticas, manifestações culturais e eventos constantes do calendário turístico e cultural do município, adquirir material para decoração temática das festividades
13.03	Aquisição, construção, reforma e/ou ampliação de imóveis destinados ao funcionamento de museus, casas do artesão, bibliotecas municipais e outros, aquisição de instrumentos musicais para composição de uma banda marcial

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 15 – Urbanismo
15.01	Executar projetos de construção, recuperação e ampliação da pavimentação granítica e outros tipos de revestimento para vias públicas, praças, parques, cemitérios, jardins, e outras áreas de lazer
15.02	Executar obras em pontes, passagens molhadas, acessos públicos e outros, bem como aquisição, desapropriação e demolição de imóveis para abertura de vias públicas
15.03	Construir, desapropriar, ampliar e/ou reformar imóveis para regular execução de programas, projetos e atividades
15.04	Aquisição, locação e manutenção de máquinas pesadas, para utilização na

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

	execução de obras no Município
--	--------------------------------

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 16 – Habitação
16.01	Executar projetos habitacionais, incluindo construção, reforma e melhoria de moradias destinadas à população de baixa renda, distribuição de kits de material de construção em geral, inclusive com parceria com outros governos

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 17 – Saneamento
17.01	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares, privadas higiênicas em diversas localidades da zona rural, bem como outros sistemas antipoluentes
17.02	Construção, ampliação, reforma ou recuperação de sistema de saneamento urbano e privadas higiênicas

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 18 – Gestão Ambiental
18.01	Construção, ampliação e recuperação de adutoras, barragens, poços, cisternas e equipamentos diversos destinados ao abastecimento de água regular as famílias carentes do Município
18.02	Execução de projeto para implantação de Usina de Compostagem de Lixo, implantação de outros tipos de sistemas de tratamentos de resíduos sólidos e construção de aterro sanitário e biodigestores

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

18.03	Realizar ações educativas voltadas para a preservação do meio ambiente, elaborar estudos técnicos e projetos ambientais para recuperação de áreas degradadas
-------	--

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 19 – Ciência e Tecnologia
19.01	Implantação e manutenção de espaços comunitários de Inclusão digital (Telecentros) em escolas da educação básica e bibliotecas públicas, para permitir o acesso e utilização de novas tecnologias pela população
19.02	Execução de ações em parceria com órgãos e instituições de todas as esferas de governo e iniciativa privada para implementação do programa de Apoio à Inovação Tecnológica

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 20 – Agricultura
20.01	Executar a limpeza de açudes, ampliação de pequenas barragens, poços artesianos e custear abastecimento d'água emergencial quando necessário
20.02	Imunizar animais com vista a reduzir a transmissão de doenças à população, realização de campanhas e propiciar melhores condições sanitárias ao rebanho
20.03	Realizar projetos de capacitação, cursos, seminários para modernização das técnicas de plantio, aração de terras e preparo do solo, distribuir fertilizantes, sementes e mudas, fornecer equipamentos e implementos agrícolas e custeio de aração de terra para plantio
20.04	Construção de parque para exposição de animais, promoção de feiras, exposições e reforma de currais de animais
20.05	Elaborar e executar projetos por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)
20.06	Ampliar a oferta do abastecimento de produtos primários

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

20.07	Transportar alimentos, preservando a limpeza e a higiene
20.08	Implantação e parceria técnico-financeira com o Estado e União para desenvolvimento de ações do programa Mais Alimentos
20.09	Promover feiras e exposições, com o objetivo de melhorar a genética do rebanho local para ampliar a produção de carne, leite e derivados
20.10	Fomentar as estruturas associativistas e cooperativistas rurais, apoiar práticas de desenvolvimento inclusivo do agronegócio, realizar estudos de viabilidade econômica

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 22 – Indústria
22.01	Executar projetos, estudos para implantação de infra-estrutura de apoio a industrialização
22.02	Implantar projetos para formação de gestores e empreendedores no Município, com o objetivo de realizar eventos de capacitação de micro e pequenos empreendedores em convênio com o SESI, SESC, SENAI, SEBRAE, Instituições Universitárias e de pesquisas para desenvolver potencialidades locais
22.03	Aquisição de terreno e construção e equipamentos de um matadouro.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 23 – Comércio e Serviços
23.01	Implantar infra-estrutura turística para exploração de potencial do Município como atividade econômica, criar espaços de lazer e entretenimento para a população, realizar eventos festivos, folclóricos, tradicionais e artísticos

ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

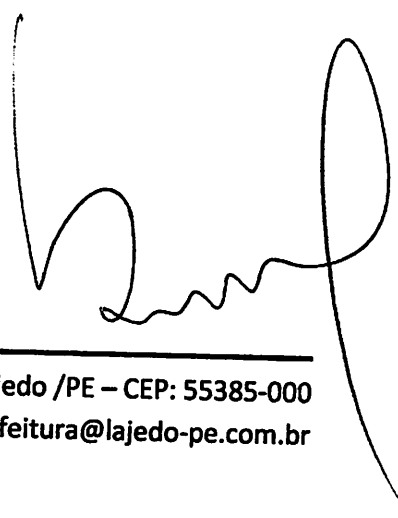
Nº da Ação	Função: 25 – Energia
25.01	Aquisição de postes, transformadores, fios, luminárias e outros materiais e utensílios necessários a instalações elétricas, urbanas e rurais

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 26 – Transportes
26.01	Executar projetos de abertura, recuperação e melhoria de estradas vicinais
26.02	Executar projetos para melhorar o trânsito e oferecer maior conforto a população

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2014

Nº da Ação	Função: 27 – Desporto e Lazer
27.01	Desenvolver e incentivar a prática de esporte amador no Município e oferecer a população espaços de lazer
27.02	Apoiar e incentivar os eventos esportivos, fornecer materiais esportivos e incentivar as equipes esportivas do município
27.03	Apoiar as entidades sem fins lucrativos do Município, em atividades culturais, folclóricas e esportivas



ANEXO DE PRIORIDADE

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

Anexo II

Metas Fiscais

(Art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014, LDO-2014, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2014 e indica as metas de 2015 e 2016. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter política fiscal responsável.

O objetivo primordial da política fiscal do governo nos últimos tempos é de promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica e o crescimento sustentado e socialmente justo. Para isso, atuando em linha com as políticas monetária, creditícia e cambial, o governo procura criar as condições necessárias para a queda gradual do endividamento público líquido em relação ao PIB, a redução das taxas de juros e a melhora do perfil da dívida pública. Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas metas de resultado primário no intento de garantir as condições econômicas necessárias para a manutenção do crescimento sustentado, o que inclui a sustentabilidade intertemporal da dívida pública. Por sua vez, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público são indicativos, por sofrerem influência de fatores fora do controle direto do governo.

Também é compromisso da política fiscal promover a melhoria dos resultados da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas e a financiar investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade de produção do País, por meio da eliminação de gargalos logísticos. O governo também vem atuando na melhoria da qualidade e na simplificação da tributação, no combate à sonegação, evasão e Elisão fiscal, na redução da informalidade, no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização, com objetivo de aumentar o universo de contribuintes e permitir a redução da carga tributária sobre os diversos segmentos da sociedade. Tem também procurado aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos, com melhora nas técnicas de

gestão e controle, com maior transparência, de forma a ampliar a prestação de serviços públicos de qualidade.

Por sua vez, as políticas sociais redistributivas, como os programas de transferência de renda e a política de valorização do salário mínimo, têm contribuído para o desenvolvimento econômico com maior justiça social e para o aumento da demanda interna. Esta última também tem se fortalecido por meio do aumento do investimento público federal, cujo montante mais que dobrou passando de 1,6% do PIB em 2003 para 3,3% do PIB em 2011 e 3,6% em 2012. O sucesso da consolidação da estabilidade econômica, levada a cabo nos últimos anos, combinado com o esforço de ampliação dos investimentos na revitalização da infraestrutura física no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2 e com a melhora no rendimento das famílias nas camadas mais pobres, criou condições para crescimento mais acelerado da economia.

Em 2011, o Produto Interno Bruto cresceu 2,7% em decorrência das medidas adotadas no final de 2010 e começo de 2011 para enfrentar a aceleração da inflação no começo do ano de 2011.

Em 2012, o produto interno produto cresceu 0,9% afetado pelo cenário externo adverso, em decorrência de novo recrudescimento da crise financeira internacional e das incertezas decorrentes deste.

Em meados de 2011, as projeções de mercado eram de crescimento de quase 3,0% no PIB dos EUA e de expansão de 1,8% no PIB da Área do Euro¹, ambos para 2012. Ao longo de 2012 a crise financeira se intensificou na Área do Euro em função: (i) da desaceleração econômica observadas na Alemanha, França e Reino Unido, com impactos nos demais países da Área do Euro; (ii) do aumento das dívidas da Espanha e Itália, com queda no PIB destes países e aumento do desemprego; (iii) da deterioração dos fundamentos macroeconômicos de países menores da Área do Euro. Em decorrência destes eventos houve redução na classificação da dívida da França pelas três principais agências de classificação de risco e deterioração das expectativas dos agentes.

Nos EUA, o impasse entre republicanos e democratas no debate da questão fiscal e a incerteza constante adicionada à economia em função do que ficou denominado de "Abismo Fiscal" ajudaram a deteriorar a expectativas dos agentes

econômicos, em adição ao cenário incerto existente na Área do Euro. O resultado deste cenário adverso evidenciou-se no PIB; em 2012 o PIB dos EUA cresceu 2,2% e o PIB da Área do Euro caiu 0,5%.

Os países emergentes também foram afetados por cenário adverso. Houve menor crescimento na China, Índia, África do Sul e outros países. Entre as expectativas de crescimento formadas em meados de 2011 para o crescimento econômico em 2012 e o observado. Na China o PIB cresceu 7,8% ante previsão de 9,0%, na Índia o PIB cresceu 5,0% frente a previsão de 7,6%, e, na África do Sul o PIB cresceu 2,5% ante previsão de 3,6%.

O desempenho da economia mundial afetou a economia brasileira por diferentes canais de transmissão, com destaque para o comércio exterior e o estado de confiança dos empresários. O comércio mundial caiu e a crise europeia aumentou as incertezas dos agentes econômicos ao redor do mundo. Além disso, as políticas monetárias de aumento da liquidez (quantitative easing) dos países desenvolvidos inundaram os mercados financeiros internacionais, levando a fluxos de capitais que apreciam as moedas das economias emergentes e dificultam o manejo da política monetária nestes países.

O aumento das incertezas dos agentes quanto à evolução futura da economia e da demanda acabaram afetando a produção industrial, que se retraiu 0,8% em 2012 frente a 2011, e gerando ociosidade na capacidade produtiva instalada. A antecipação de compras de veículos ao final de 2011 somou-se à incerteza quanto à evolução da economia e à ampliação da capacidade instalada ociosa, afetando a decisão de investir dos empresários, o que provocou queda no investimento da economia, apesar do aumento do investimento público.

No setor externo, um dos impactos da crise, fica evidenciado na queda do valor exportado, que somou US\$ 242,6 bilhões em 2012, redução de US\$ 13,5 bilhões frente a 2011. Com isto houve redução de US\$ 10,4 bilhões no superávit da balança comercial, principal contribuição para a pequena elevação do déficit em transações correntes. O saldo negativo em transações correntes, contudo, foi financiado pelo forte ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos (IED) no País, US\$ 65,3 bilhões, próximo do recorde histórico de 2011 (US\$ 66,7 bilhões) e mantendo a participação do Brasil no fluxo global de investimentos acima de 4,0%.

A estabilidade macroeconômica, a solidez institucional e o dinâmico mercado interno explicam, em parte, o aumento do IED. Esses criam fundamentos para o crescimento econômico sustentado, que gera maior demanda por bens e serviços, nacionais e importados, elevando as importações de bens e os gastos com viagens internacionais, assim como a maior remessa de lucros e dividendos em decorrência da maior rentabilidade das empresas multinacionais instaladas no País. Por outro lado, essa maior rentabilidade e o crescimento sustentado tornam a economia brasileira mais atrativa para o investidor estrangeiro e para novos projetos. Ademais, o elevado estoque de reservas internacionais (US\$ 378,6 bilhões) permitiu que o Brasil mantivesse a posição de credor externo líquido em 2012, com o montante de ativos externos superando em US\$ 72,9 bilhões os passivos. A manutenção de contas externas equilibradas, aliada à responsabilidade fiscal e monetária, contribuiu para que o risco-país se mantivesse abaixo da média das demais economias emergentes.

A percepção do Governo Brasileiro quando às consequências da crise permitiu a adoção de medidas econômicas tempestivas para mitigar parte dos efeitos deste novo acirramento da crise financeira internacional, com destaque para: (i) redução do IPI de diversos bens, com ênfase em veículos e eletrodomésticos; (ii) desoneração tributária de diversos setores; (iii) aquisição pública de máquinas e equipamentos; (iv) concessões de obras de infraestrutura; e (v) reformas no sistema financeiro que permitiram a redução da taxa Selic. Tais medidas ocasionaram uma queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

Adicionalmente, a atuação da política monetária tornou-se menos restritiva desde agosto de 2011, com redução da taxa de juro básica da economia e reversão de diversas medidas macro prudenciais que encareciam o crédito. Em outubro de 2012, a taxa Selic atingiu 7,25%, a menor taxa dos últimos 15 anos.

Assim, a demanda doméstica manteve-se robusta, especialmente o consumo das famílias, em grande parte devido aos efeitos de fatores de estímulo, como o crescimento da renda e a expansão do crédito. O consumo das famílias cresceu 3,1% mitigando a redução na demanda mundial e permitindo acentuado ajuste de estoques na indústria nacional e a retomada do crescimento econômico a partir do segundo semestre de 2012, com aumento da produção industrial e recuperação do investimento no 4º trimestre do ano.

Em 2012, a dívida líquida do setor público manteve trajetória descendente, caindo de 36,4% do PIB em 2011 para 35,2% em 2012. Ademais, o governo tem conseguido diminuir os riscos de refinanciamento e de mercado da dívida, ao melhorar o perfil de vencimentos, bem como ao reduzir a vulnerabilidade da dívida federal a flutuações nas variáveis econômicas (câmbio e juros). Assim, o País conseguiu manter, em 2012, a melhora na composição da dívida pública mobiliária federal (DPMF), alcançada nos últimos anos. Foi possível, inclusive, manter a tendência de redução de títulos remunerados a indexadores considerados mais voláteis. Verificou-se, também, a permanência da política de alongamento do prazo médio.

As perspectivas para 2013 indicam crescimento real do PIB de 3,5%. A estimativa de crescimento neste patamar caracteriza-se pela convergência da expansão para taxas mais próximas do PIB potencial, ou seja, do crescimento sustentável, que deve ser atingido em 2014.

A demanda doméstica apresenta-se robusta, o investimento continuará se destacando como principal indutor do crescimento da economia, voltando a crescer quase o dobro do crescimento do PIB. Da mesma forma, o consumo das famílias será novamente impulsionado pelo mercado de trabalho forte, com aumento da população ocupada, desemprego baixo, crescimento da renda e expansão do crédito. Esse ambiente tende a ganhar força com a demanda doméstica sendo impulsionada, entre outros, pelos efeitos defasados das ações de política econômica implementadas.

Do lado da oferta, projeta-se retomada da atividade industrial em 2013, uma vez que a desaceleração desta no primeiro semestre de 2012 ocorreu com concomitante aumento no consumo das famílias, reduzindo os estoques, o que cria espaço para elevação da produção. Adicionalmente, o governo ampliou o leque de medidas adotadas para garantir o aumento da competitividade da indústria nacional, com destaque para o Plano Brasil Maior, adoção de margens de preferência, desonerações tributárias para diversos setores, redução da tarifa de energia elétrica, câmbio mais competitivo, concessões de obras de infraestrutura, reforma de marcos regulatório de setores importantes na área de logística e juros reais mais baixos.

Além do aumento da produção industrial e dos serviços amparada pela demanda doméstica robusta, destaca-se a produção agrícola, que em 2013 deve apresentar nova safra recorde, somando 183,4 milhões de toneladas de grãos, alta de

13,2% frente a 2012. Destaque para feijão, com aumento de 18,6%, soja com alta de 26,8%, trigo (12,4%) e arroz (4,6%).

Apesar da situação financeira internacional incerta, o preço das commodities agrícolas permanece estável em patamar elevado e o preço de bens manufaturados apresenta tendência de queda, fato que gera dois grandes benefícios: (i) gera ambiente externo com perspectiva deflacionária; e (ii) mantém os termos de troca brasileiros em patamar elevado. Esses termos de troca ajudam a manter o superávit comercial e a reduzir o custo das importações. Além disto, o maior volume de reservas internacionais e a condição de credor líquido em moeda estrangeira reduziram o custo do financiamento externo, inclusive para empresas privadas, e aumentaram a capacidade do País de enfrentar períodos com restrição de liquidez externa.

Ao lado da política macroeconômica, a execução da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) implicará o aumento do investimento público em infraestrutura, especialmente em moradia, saneamento, transporte e energia, de forma a garantir elevadas taxas de crescimento sem gerar pressões inflacionárias. O aumento do investimento público será feito sem prejuízo à política fiscal, que continuará comprometida com a sustentabilidade da dívida pública.

Diante deste cenário, a projeção para a taxa de crescimento real anual do PIB é de 4,5% para 2014 (Tabela 1), sendo mais elevada no ano de 2015 em virtude do efeito arrasto em decorrência das obras para a Copa do Mundo de Futebol a ser realizada no Brasil. A taxa de inflação em 2014 deverá se manter consistente com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. As estimativas de taxa de câmbio levam em consideração expectativas de mercado. Esse ambiente macroeconômico considera ainda uma progressiva queda das taxas de juros reais, incorporada nas projeções de mercado.

Quadro 1 – Parâmetros Macroeconômicos Projetados			
Variáveis	2014	2015	2016
PIB (crescimento real % a. a.)	4,5	5,0	4,5
Taxa Selic Efetiva (média % a.a.)	7,28	7,19	7,22
Câmbio (R\$/US\$ - final de período - dezembro 2014)	2,06	2,08	2,08

Para 2014, a meta de superávit primário está fixada em R\$ 167,4 bilhões para o setor público não-financeiro, o que equivale a 3,1% do PIB nominal estimado para o ano. A meta de superávit primário é mantida em 3,1% do PIB nos dois anos seguintes. A meta anual de superávit primário do Governo Central para 2014 é de R\$ 116,1 bilhões, equivalente a 2,15% do PIB estimado para o ano. Como nos anos anteriores, a meta do Governo Central poderá ser reduzida até o montante de R\$ 67,0 bilhões, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e às desonerações tributárias. A meta das empresas estatais federais, por sua vez, mantém-se em R\$ 0,0 para 2014 e para os próximos dois anos.

Quadro 2 – Trajetória Estimada para a Dívida Líquida do Setor Público e para o Resultado Nominal			
Variáveis (em % do PIB)	2014	2015	2016
Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro	3,1	3,1	3,1
Previsão para o reconhecimento de passivos	0,29	0,26	0,24
Dívida Líquida com o reconhecimento de passivos	30,09	28,4	26,4
Resultado Nominal	-0,70	-0,42	-0,36

* Não considera a redução relativa ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

O superávit primário de R\$ 167,4 bilhões, o crescimento real projetado da economia e a redução do custo da dívida pública permitirão a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida do setor público não-financeiro como proporção do PIB ao longo desse período (Tabela 2). Mesmo considerando o reconhecimento de passivos contingentes, a trajetória da dívida pública líquida como proporção do PIB permanece com tendência decrescente, passando de 36,4% em 2011 para 26,4% em 2016, o que poderá levar a um déficit próximo a zero no resultado nominal em 2016. Estes resultados, mais uma vez, confirmam o compromisso do governo com a estabilidade macroeconômica e o crescimento sustentado com inclusão social.



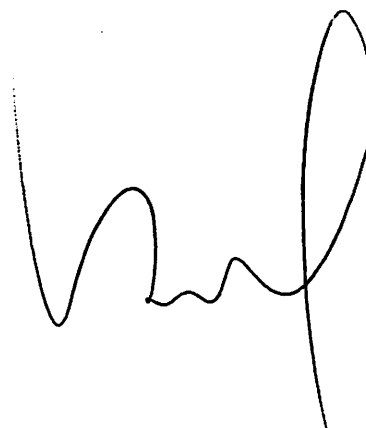
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDO
PRAÇA JOAQUIM NABUCO
10143246/0001-76

Anexo III - Metas Fiscais (LDO2014)

Especificação	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB) *100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%PIB (b/PIB) *100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%PIB (c/PIB) *100
Receita Total	73.108.319,00	67.071.853,00	0,0579	77.494.818,00	71.086.184,00	0,0587	82.144.508,00	75.361.934,00	0,0598
Receitas Primárias (I)	71.828.210,00	65.887.440,00	0,0569	76.137.902,00	69.851.287,00	0,0577	80.706.176,00	74.042.384,00	0,0585
Despesa Total	74.781.579,00	68.606.953,00	0,0592	79.268.474,00	72.723.371,00	0,0601	84.024.562,00	77.086.773,00	0,061
Despesa Primárias (II)	74.015.379,00	67.904.018,00	0,0586	78.456.302,00	71.978.259,00	0,0595	83.163.680,00	76.296.954,00	0,0603
Resultado Primário (I - II)	-2.187.169,00	-2.006.578,00	-0,0017	-2.318.400,00	-2.126.972,00	-0,0018	-2.457.504,00	-2.254.590,00	-0,0018
Resultado Nominal	3.054.682,00	2.802.460,00	0,0024	3.237.962,00	2.970.608,00	0,0025	3.432.240,00	3.148.844,00	0,0025
Dívida Pública Consolidada	7.370.813,00	6.762.213,00	0,0058	7.813.061,00	7.167.946,00	0,0059	8.281.845,00	7.598.023,00	0,006
Dívida Consolidada Líquida	7.370.813,00	6.762.213,00	0,0058	7.813.061,00	7.167.946,00	0,0059	8.281.845,00	7.598.023,00	0,006

Anexo IV - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LDO 2014)

Especificação	Metas Previstas em 2012(a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012(b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) - (b-a)	% (c/a) * 100
Receita Total	57.805.665,84	0,05	65.066.143,89	0,05	7.260.478,05	0,05
Receitas Primárias (I)	57.033.916,47	0,0493	63.926.850,93	0,0493	6.892.934,46	0,0493
Despesa Total	53.894.483,25	0,0466	66.555.339,20	0,0466	12.660.855,95	0,0466
Despesa Primárias (II)	53.290.756,76	0,0461	65.873.424,01	0,0461	12.582.667,25	0,0461
Resultado Primário (I - II)	3.743.159,71	0,0032	-1.946.573,08	0,0032	-5.689.732,79	0,0032
Resultado Nominal	6.284.717,91	0,0054	2.718.655,70	0,0054	-3.566.062,21	0,0054
Dívida Pública Consolidada	7.611.339,69	0,0066	6.559.997,05	0,0066	-1.051.342,64	0,0066
Dívida Consolidada Líquida	4.730.018,69	0,0041	198.871,27	0,0041	-4.531.147,42	0,0041





PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDO
PRAÇA JOAQUIM NABUCO
10143246/0001-76

Anexo V - Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LDO 2014)

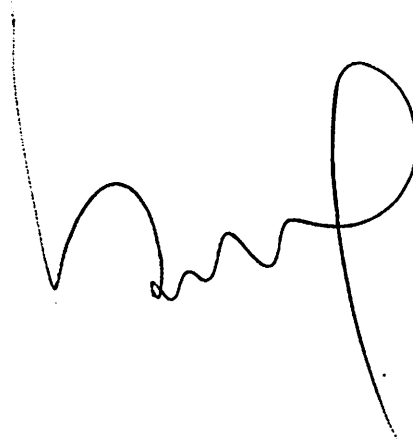
Página: 1 de 1

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016
Receita Total	54.533.647,02	65.066.143,89	19,31	68.970.113,00	6	73.108.319,00	6	77.494.818,00	6	82.144.508,00
Receitas Primárias (I)	53.805.581,58	63.826.850,93	18,81	67.762.462,00	6	71.828.210,00	6	76.137.802,00	6	80.708.176,00
Despesa Total	50.843.852,12	66.555.338,20	30,9	70.546.660,00	6	74.781.579,00	6	79.288.474,00	6	84.024.582,00
Despesa Primárias (II)	50.274.298,83	65.873.424,01	31,03	69.825.828,00	6	74.015.379,00	6	78.456.302,00	6	83.163.880,00
Resultado Primário (I - II)	3.531.282,75	-1.946.573,08	-155,12	-2.063.367,00	6	-2.187.169,00	6	-2.318.400,00	6	-2.457.504,00
Resultado Nominal	5.828.979,16	2.718.655,70	-54,15	2.881.775,00	6	3.054.662,00	6	3.237.962,00	6	3.432.240,00
Dívida Pública Consolidada	7.180.509,14	6.558.997,05	-8,64	6.953.597,00	6	7.370.813,00	6	7.813.061,00	6	8.281.845,00
Dívida Consolidada Líquida	4.462.281,79	6.559.997,05	47,01	6.953.597,00	6	7.370.813,00	6	7.813.061,00	6	8.281.845,00

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016
Receita Total	50.030.868,83	59.693.708,99	19,31	63.275.333,00	6	67.071.853,00	6	71.086.164,00	6	75.361.934,00
Receitas Primárias (I)	49.382.918,88	58.648.487,09	18,81	62.167.396,00	6	65.897.440,00	6	69.851.287,00	6	74.042.384,00
Despesa Total	46.645.735,89	61.059.844,22	30,9	64.723.541,00	6	68.806.953,00	6	72.723.371,00	6	77.088.773,00
Despesa Primárias (II)	46.123.208,94	60.434.333,95	31,03	64.060.394,00	6	67.904.018,00	6	71.978.259,00	6	76.296.854,00
Resultado Primário (I - II)	3.239.708,94	-1.785.846,86	0	-1.892.988,00	0	-2.006.578,00	0	-2.126.972,00	0	-2.254.590,00
Resultado Nominal	5.458.430,42	2.494.178,54	-54,31	2.643.830,00	6	2.802.460,00	6	2.970.608,00	6	3.148.844,00
Dívida Pública Consolidada	6.587.623,06	6.018.345,92	-8,64	6.378.447,00	6	6.762.213,00	6	7.167.946,00	6	7.598.023,00
Dívida Consolidada Líquida	4.093.836,50	6.018.345,92	47,01	6.378.447,00	6	6.762.213,00	6	7.167.946,00	6	7.598.023,00

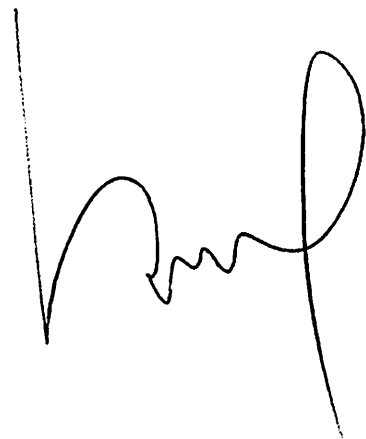
Anexo VI - Evolução do Patrimônio Líquido (LDO 2014)

Patrimônio Líquido	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	24.208.582,67	0	16.578.256,87	0	8.001.969,33	0
Reservas	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Resultado Acumulado	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Regime Previdenciário						
Patrimônio Líquido	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	861.384,44	0	368.400,21	0	610.051,46	0
Reservas	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Resultado Acumulado	0,00	0	0,00	0	0,00	0



Anexo VII - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos (LDO 2014)

Receitas Realizadas	2012 (a)	2011 (d)	2010
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	101.900,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	101.900,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	101.900,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	101.900,00
Despesas Liquidadas	2012 (b)	2011 (e)	2010
DESPESAS LIQUIDADAS	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO REC. C/ALIENAÇÃO DE AT	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PRI	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a-b) + (f)	(f) = (d-e) + (g)	(g)
	101.900,00	101.900,00	101900,00



Anexo VIII - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (LDO 2014)

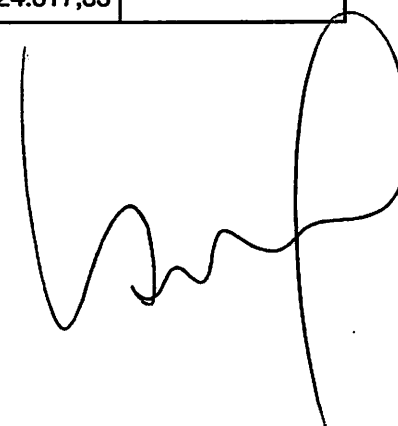
Receitas Previdenciárias	2012	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	2.369.386,78	1.944.100,81	1.436.554,47
Receita de Contribuições	1.746.459,57	1.618.609,76	1.183.796,39
Pessoal Civil	1.360.690,00	1.430.726,26	1.183.796,39
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Out.Contr.Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compen.Previdenciárias RGPS e RPPS	385.769,57	187.883,50	0,00
Receita Patrimonial	616.824,40	311.900,17	239.642,34
Outras Receitas Correntes	6.102,81	13.590,88	13.115,74
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVID.RECEBIDOS PELO RPPS	1.421.361,89	1.470.272,83	1.170.760,43
Contribuição Patronal do Exercício	1.421.361,89	1.470.272,83	1.170.760,43
Pessoal Civil	1.421.361,89	1.470.272,83	1.170.760,43
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVID.PARA COBERTURA DO DÉFICIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	3.790.748,67	3.414.373,64	2.607.314,90
Despesas Previdenciárias	2012	2011	2010
ADMINISTRAÇÃO GERAL	308.015,01	300.902,36	427.731,47
Despesas Correntes	277.365,47	299.513,46	424.644,16
Despesas de Capital	30.649,54	1.388,90	3.087,31
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.408.584,71	2.770.371,17	1.827.231,36
Pessoal Civil	3.408.584,71	2.770.371,17	1.827.231,36
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd.Aposent. RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd.Pensões RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	3.143.309,48	3.067.746,97	2.742.005,38
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	3.716.599,72	3.071.273,53	2.254.962,83
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	74148,95	343100,11	352352,07

Anexo IX - Projeção Atuarial do RPPS (LDO 2014)

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICT RPPS (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor d - (a+b-c)	
2013	0,00	1.937.487,77	4.465.122,73	-2.527.634,96	
2014	0,00	1.971.702,19	4.706.971,18	-2.735.268,99	
2015	0,00	1.993.607,01	4.824.455,22	-2.830.848,21	
2016	0,00	2.014.343,01	5.077.021,25	-3.062.678,24	
2017	0,00	2.030.017,63	5.348.726,75	-3.318.709,12	
2018	0,00	2.047.334,68	5.566.754,70	-3.519.420,02	
2019	0,00	2.050.971,54	5.724.770,28	-3.673.798,74	
2020	0,00	2.055.467,44	5.867.716,11	-3.812.248,67	
2021	0,00	2.017.736,33	6.413.166,02	-4.395.429,69	
2022	0,00	1.990.536,67	6.746.887,01	-4.756.350,34	
2023	0,00	1.968.561,21	7.008.558,76	-5.039.997,55	
2024	0,00	1.872.473,11	7.630.759,92	-5.758.286,81	
2025	0,00	1.822.362,96	7.931.219,25	-6.108.856,29	
2026	0,00	1.762.896,85	8.309.373,46	-6.546.476,61	
2027	0,00	1.705.979,37	8.664.254,93	-6.958.275,56	
2028	0,00	1.656.121,34	8.889.558,12	-7.233.436,78	
2029	0,00	1.598.803,28	9.100.951,68	-7.502.148,40	
2030	0,00	1.529.502,19	9.272.106,16	-7.742.603,97	
2031	0,00	1.402.233,98	9.649.679,61	-8.247.445,63	
2032	0,00	1.346.155,03	9.682.642,26	-8.336.487,23	
2033	0,00	1.301.353,77	9.666.462,27	-8.365.108,50	
2034	0,00	1.246.025,77	9.668.020,84	-8.421.995,07	
2035	0,00	1.201.585,07	9.605.821,74	-8.404.236,67	
2036	0,00	1.092.626,83	9.707.272,09	-8.614.645,26	
2037	0,00	1.011.964,15	9.693.802,10	-8.681.837,95	
2038	0,00	961.628,13	9.557.859,76	-8.596.231,63	
2039	0,00	897.472,12	9.461.947,64	-8.564.475,52	
2040	0,00	842.869,46	9.295.633,59	-8.452.764,13	
2041	0,00	772.006,27	9.174.997,62	-8.402.991,35	
2042	0,00	722.823,79	8.945.474,08	-8.222.650,29	
2043	0,00	686.101,61	8.661.556,79	-7.975.455,18	
2044	0,00	650.950,92	8.361.373,49	-7.710.422,57	
2045	0,00	612.539,03	8.062.235,79	-7.449.696,76	
2046	0,00	565.782,47	7.780.764,20	-7.214.981,73	
2047	0,00	527.884,94	7.464.322,81	-6.936.437,87	
2048	0,00	487.638,34	7.150.113,77	-6.662.475,43	
2049	0,00	457.149,17	6.802.659,20	-6.345.510,03	
2050	0,00	426.787,96	6.454.083,55	-6.027.295,59	
2051	0,00	396.717,95	6.105.571,70	-5.708.853,75	
2052	0,00	367.098,68	5.758.329,27	-5.391.230,59	
2053	0,00	338.084,85	5.413.615,88	-5.075.531,03	

Anexo IX - Projeção Atuarial do RPPS (LDO 2014)

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICT RPPS (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor d - (a+b-c)	
2054	0,00	309.819,97	5.072.706,71	-4.762.886,74	
2055	0,00	282.442,56	4.736.852,32	-4.454.409,76	
2056	0,00	256.080,62	4.407.366,16	-4.151.285,54	
2057	0,00	230.846,79	4.085.474,08	-3.854.627,29	
2058	0,00	206.841,51	3.772.390,28	-3.565.548,77	
2059	0,00	184.154,74	3.469.283,01	-3.285.128,27	
2060	0,00	162.864,25	3.177.230,25	-3.014.366,00	
2061	0,00	143.023,24	2.897.193,68	-2.754.170,44	
2062	0,00	124.663,21	2.629.956,32	-2.505.293,11	
2063	0,00	107.805,51	2.376.100,94	-2.268.295,43	
2064	0,00	92.455,28	2.136.073,76	-2.043.618,48	
2065	0,00	78.603,76	1.910.185,31	-1.831.581,55	
2066	0,00	66.221,22	1.698.692,85	-1.632.471,63	
2067	0,00	55.254,21	1.501.708,13	-1.446.453,92	
2068	0,00	45.634,25	1.319.266,76	-1.273.632,51	
2069	0,00	37.284,75	1.151.319,88	-1.114.035,13	
2070	0,00	30.114,94	997.720,99	-967.606,05	
2071	0,00	24.021,21	858.195,84	-834.174,63	
2072	0,00	18.894,43	732.333,78	-713.439,35	
2073	0,00	14.627,94	619.644,74	-605.016,80	
2074	0,00	11.122,65	519.577,10	-508.454,45	
2075	0,00	8.284,72	431.503,36	-423.218,64	
2076	0,00	6.027,11	354.730,83	-348.703,72	
2077	0,00	4.266,41	288.488,59	-284.222,18	
2078	0,00	2.927,17	231.977,87	-229.050,70	
2079	0,00	1.939,95	184.350,95	-182.411,00	
2080	0,00	1.236,27	144.708,13	-143.471,86	
2081	0,00	752,74	112.111,31	-111.358,57	
2082	0,00	435,13	85.660,12	-85.224,99	
2083	0,00	237,61	64.496,64	-64.259,03	
2084	0,00	122,31	47.790,81	-47.668,50	
2085	0,00	59,66	34.794,45	-34.734,79	
2086	0,00	27,75	24.845,08	-24.817,33	





PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDO

PRAÇA JOAQUIM NABUCO

10143246/0001-76

Página: 1 de 1

Anexo X - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LDO 2014)

SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2014	2015	2016	



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDO

PRAÇA JOAQUIM NABUCO

10143246/0001-76

Página: 1 de 1

Anexo XI - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LDO 2014)

EVENTO	Valor Previsto 2014
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-)Transf. Constitucionais	0,00
(-)Transf. FUNDEB	0,00
Saldo Final Aumento Perma.Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) - (I+II)	0,00
Saldo Utilizado (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDO

PRAÇA JOAQUIM NABUCO

10143246/0001-76

Página: 1 de 1

Anexo XII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências (LDO 2014)

Riscos Fiscais		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
A não efetivação de Rec. de Capital Recurs	500.000,00	Adiantamento de Investimentos Programad	500.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	350.000,00	Abertura de Crédito Adicional	350.000,00
Demandas Judiciais	80.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	80.000,00